

(2012) RUBEN RODRIGUES, *O PROFESSOR*.

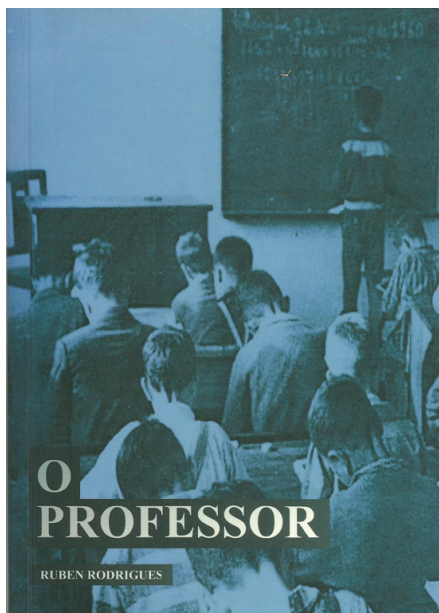
HORTA, EDIÇÃO DO AUTOR.

Manuel Tomaz – Escola Cardeal Costa Nunes, Rua José Martins Garcia 9950-302 Madalena (Pico)

Difícilmente se encontra um título tão bem adequado como este: Ruben Rodrigues escreveu um livro intitulado de *O Professor* e é ele próprio um professor. Profissionalmente e para além da profissão. No Pico e no Faial, na Biblioteca Itinerante da Gulbenkian, ajudou, como professor, muitas gerações no acesso ao livro, em tempos de dificuldade acentuada nesse domínio e, mais tarde, como jornalista dos dois desaparecidos diários da Horta – *O Telégrafo* e o *Correio da Horta* –, Ruben Rodrigues, também director dos dois, continuou a sua carreira em prol dos interesses ilhéus e da Língua Portuguesa.

A leitura de *O Professor* de Ruben Rodrigues, edição do autor, Horta, 2012, leva-me a recordar o tempo, a escola e a política, através de um espírito crítico em que o autor textual converge e se une com o autor empírico, juntando ou distinguindo o real e o ficcional e, intencionalmente, disso nos dando a devida conta, em chamada de atenção ao leitor: “Quando regressado, para tomar posse (retornemos ao ficcional), Bettencourt ficou surpreendido...” (p. 77).

Foi uma leitura seguida, sinal de adesão à história e ao discurso, e nela fui relembrando alguns episódios (mais do que estórias), distingui-me, ao longe, junto da carrinha da Gulbenkian, levando, debaixo do braço, o grosso volume de *Confissões* de Rousseau, no Largo do Cabo Branco, antes do exame de Francês do 7.º ano (último ano liceal) e ainda fico admirado com tal proeza, mas só o convencimento de Ruben Rodrigues o



justifica e, sorte das sortes, na prova oral foi o livro de grande utilidade... Das experiências contadas, tomo a da “apresentação de um conto por um aluno que o lera durante a semana para tal fim, procurando-se, assim, incutir o gosto pela leitura e a dinamização da expressão oral” (p. 42). Isto acontecia na escola dita (e bem dita!) de primária, porque é a primeira e muito decisiva, enquanto hoje se gastam rios de dinheiro, com publicidade duvidosa, com figuras públicas que não terão lido muito na vida, há planos nacionais e regionais de leitura, o acesso ao livro é fácil, muito fácil, por isso, mais admiração para o trabalho do professor de então.

O livro escorre em memórias sobre a educação e o ensino no tempo do Estado Novo, crítica severa e fundamentadamente as castrações do regime político de então, em que até havia serviço de alfândega entre as ilhas – excepto entre o Pico e o Faial – e em que a polícia política – PIDE – nos iates do Pico – *Terra Alta* e *Santo Amaro* – controlava os passageiros. A política portuguesa de Salazar, a Europa de Hitler e de Mussolini e o “casamento” da igreja com o salazarismo são bem esmiuçados e situados no contexto histórico de uma longa noite fascista que só terminaria na madrugada democrática do 25 de Abril de 1974. Todavia, a herança foi pesada, como se lê:

“Passados que são mais de trinta anos de democracia, a sociedade ainda sofre dos efeitos negativos dessas cinco décadas de ditadura, porque a escola de muitos políticos foi a introduzida por Salazar, porque o país comercial e industrial, salvo raras excepções, continuou a pautar-se pela prática individualista de cada qual procurar gerir o seu negócio de vão de escada, sem dimensão /.../ Perdida a batalha da educação, e esta começou a ser perdida com a política do “Estado Novo” (esqueçamos o tempo da monarquia, ressaltando, porém, o período pombalino e o liberal), perdeu-se a capacidade económica de competir com as empresas mais evoluídas, independentemente do ramo explorado” (pp. 164 e 165).

E a conclusão não podia ser mais certa e actual, descrevendo muito sucintamente o quadro da vida portuguesa, em que estamos mergulhados, e muito para além dela:

“Mas a verdade é que, por abuso dos homens sem escrúpulos e sem lei que os admoeste, o mundo volta a um estado de penúria social, sarcástica e dolorosamente arreliante” (p. 165).

A vida era triste e muitos julgavam (e tinham alguma razão) só ser possível alcançar algo “de chapéu ou boné na mão, e, na outra, uma bolsa, contendo uma vara de linguça, um pão de massa sovada, inhames ou uma diferente iguaria para consolo do

‘meu senhor’” (p. 97), mas enganam-se os leitores se julgam que o professor não está atento ao tempo actual, onde o caciquismo, infelizmente, ainda reina em muito sítio e serviço:

“Impávido e sereno, o político escutou, sem pestanejar, todo o arrazoado proferido e, perante o terminar das alusões ou das alegações abonatórias, num ar de douto cacique, questiona: – *O pretendente está inscrito no partido?*” (p. 97).

A vida dá muitas voltas e ao autor aconteceu ter sido o destino causador de um sofrimento irreparável. É com um grito lancinante de revolta total que a narrativa se fina, na perda de sua muito amada menina: “Quem nos cravou a todos, sobretudo à nossa menina, este ultrajante acinte?

*Deus?!?*

*O destino?!?*

*O diabo?!?*”

Foi bom encontrar este amigo em *O Professor* e recolher a significativa mole de citações culturais e históricas, de interpretações bíblicas e sociológicas, de referências políticas nacionais e internacionais, antigas ou actuais, e de reflexão sobre o estado da nossa sociedade, onde, da educação à justiça, passando pelas forças de segurança e terminando nos políticos, a visão irónica de Ruben Rodrigues faz luz sobre uma realidade portuguesa

que ainda está longe de certificar a verdadeira democracia e que se traduz, segundo o autor, no excesso de sindicalismo na vida portuguesa:

“Ao antigo mestre escola causa estranheza a forma como os docentes se organizam em sindicatos. Oito, nove, dez ou mais, cujos dirigentes, em vez de serem pagos pelas quotas dos associados – embora não devam perder quaisquer direitos por participarem no movimento sindical –, recebem o respectivo soldo através do erário público, isto é, pelos impostos de todos, aliás aspecto transversal à Administração Pública e até às forças militarizadas e à PSP, esta, a usufruir de um número escandaloso de estruturas sindicais. Parece que se criam sindicatos só com o intuito de alguns se instalarem! Mais aberrante, reflecte, é a existência de uma estrutura sindical de juízes, um dos pilares de poder democrático que se gere a si próprio. Seria interessante verificar-se, para cúmulo ou aberração total do regime (o dos juízes já o é), o aparecimento de um sindicato de deputados. Não seria?” (pp. 139 e 140).

*O Professor* é o retrato de um homem culto que maneja bem o código linguístico escrito e conhece o mundo em que vive, observando-o à luz de certa ironia crítica, envolto também, no sofrimento pessoal de uma insuperável perda e tudo assente na preocupação maior de uma ética individual e social. MANUEL TOMÁS